



PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

DETALHAMENTO DE AÇÃO DE EXTENSÃO

Caro coordenador, este documento tem o objetivo de permitir a complementação das informações alimentadas no sistema Siaex para fins de registro e avaliação da ação.

Deve ser anexado ao Siaex no formato pdf, com assinatura do coordenador da ação, tamanho máximo 1 Mega.

Alguns itens são identificados como opcionais ou de preenchimento exclusivo para alguns tipos de ação. Os demais, são de preenchimento obrigatório.

TÍTULO DA AÇÃO: SOCIOVET - Laboratório Sociedade e Medicina Veterinária

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Cachoeiras de Macacu, Niterói e municípios do entorno.

NOME DO COORDENADOR: Luiza Carneiro Mareti Valente

VIGÊNCIA DA AÇÃO: de 01/01/2025 a 31/12/2027

RESUMO DA PROPOSTA:

O SOCIOVET realiza acompanhamento, assessoria e consultoria na áreas áreas de interface da Medicina Veterinária com a Sociedade tais como Educação em Medicina Veterinária, Desenvolvimento Rural Fluminense, Permacultura, Agroecologia, Produção Orgânica de Alimentos e Saúde Humana e Animal. Também organiza cursos e treinamentos (online ou presenciais) nestas áreas e em assuntos relacionados às demandas da UFF, oferece atividades complementares e de estágio a alunos de graduação, realiza pesquisas, estudos e atividades educativas (principalmente nas feiras das cidades abrangidas pelas atividades) relacionadas aos temas abrangidos pelo laboratório..

OBJETIVOS:

Objetivo geral:

Oferecer ao público-alvo informações, cursos e outras atividades nas áreas selecionadas da interface entre a Medicina Veterinária e a Sociedade abrangendo ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos específicos:

- desenvolver vídeos e outros materiais educativos.
- realizar ações de educação para a população de Niterói sobre agroecologia junto a feira de orgânicos do Campo de São Bento. (caso as condições sanitárias sejam mantidas)
- oferecer de cursos online e presenciais para médicos veterinários, estudantes e demais interessados sobre temas que sejam da área de atuação do laboratório e/ou demandados durante o ano.
- manter o grupo de estudos em agroecologia e produção orgânica

- acompanhar as atividades do Sistema Participativo de Garantia da ABIO de Cachoeiras de Macacu, de outras organizações de produtores do município e do entorno
- iniciar diálogos com as escolas públicas do município de Cachoeiras de Macacu, visando, futuramente, o oferecimento de cursos e oficinas aos estudantes da região.
- acompanhar as atividades da Comissão de Produção Orgânica do Estado do Rio de Janeiro e, sempre que possível, planejar ações conjuntas.
- organizar a visita de alunos e participantes dos cursos de extensão à propriedade orgânicas da região.
- colaborar com as atividades da Rede de Agroecologia da UFF.
- realizar planejamentos permaculturais, de conversão orgânica, transição agroecológica para propriedades urbanas e rurais que demandarem.
- realizar avaliação de impactos socioeconômicos, ambientais ou institucionais para propriedades e/ou projetos que demandarem
- assessorar o público-alvo na criação e desenvolvimento de programas, projetos e ações no campo de desenvolvimento rural sustentável fluminense.
- divulgar informações e notícias sobre a Agropecuário Fluminense, Educação em Medicina Veterinária e outros temas que venham a ser propostos em nosso site e redes sociais.
- oferecer estágio a discentes de graduação.
- realizar pesquisas nas áreas de abrangência do SOCIOVET.
- disponibilizar material complementar das disciplinas de Administração Rural, Economia Rural, Extensão Rural, Sociologia das Sociedades Agrárias, Agribusiness e Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural e Agroecologia e Produção Orgânica de Alimentos.

INTRODUÇÃO:

O Laboratório Sociedade e Medicina Veterinária surgiu no final de 2015 do desejo de unir várias ações já existentes e outras que se iniciavam com o objetivo de trabalhar com todas as questões de interface entre a Medicina Veterinária e a Sociedade, principalmente o desenvolvimento da agropecuária fluminense, permacultura, agroecologia, produção orgânica de alimentos, educação em Medicina Veterinária e a relação entre homem e os animais domésticos.

Esse programa é fundamental para a formação de um profissional médico veterinário humanista e com profundo senso de responsabilidade social, já que, até aquele ano, na Faculdade de Veterinária, esse tipo de programa não existia. Seu funcionamento permite o assessoramento e a educação continuada e, ao mesmo tempo, integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão associadas aos problemas reais vivenciados por seu público alvo. Além disso, vai consolidar e divulgar informações relacionadas às questões destacadas anteriormente, divulgação essa que por meio da internet permitirá acesso à essas informações não só às cidades de grande e médio porte, mas também aos mais longínquos rincões do País, desde que haja algum tipo de acesso à internet, mesmo que por telefonia. Trata-se, então, de um programa de alta capilaridade e de inclusão de cidadãos isolados geograficamente. Dessa forma, pretendemos identificar os pontos em que há maior carência de dados e produzi-los ou divulgá-los, possibilitando o desenvolvimento rural fluminense e a melhoria da educação em Medicina Veterinária.

JUSTIFICATIVA:

Em 2018 o projeto de extensão 'A veterinária na comunidade' que levava os alunos a participarem levando informações nas feiras de adoção organizado pela Prefeitura de

Niterói foi incorporado a esse programa visando a participação dos alunos e professores nas feiras pelo menos uma vez por semestre. Essa atividade, já vinha sendo realizada desde 2014 pelo PROPET Sustentabilidade em Medicina Veterinária e é fundamental para colocar os discentes em contato com os problemas reais da sociedade em que está inserido e buscar trazer pequenas soluções nas situações em que isso for possível. Durante a pandemia de COVID19 essas atividades foram suspensas e até o momento as feiras de adoção não voltaram a ter a frequência ou organização anterior, inviabilizando nossa participação.

Também em 2018, o laboratório passou a realizar o grupo de estudos em Agroecologia e Produção Orgânica de Alimentos. Essas discussões englobam e englobam até hoje os temas de Agroecologia e Produção Orgânica vegetal e animal, assim como os várias vertentes de agriculturas alternativas como a Biodinâmica, a Permacultura, a Agricultura Natural entre outras. Em 2019 abrimos diálogo com os produtores de alimentos orgânicos vinculados à ABIO de Cachoeiras de Macacu. Nossa colaboração com esse grupo continua até hoje.

Em 2021, devido a pandemia, o SOCIOVET continuou acompanhando o assunto junto com graduandos de Medicina Veterinária. Entretanto, mesmo com o isolamento social graduandos de Engenharia Agrícola interessados nas atividades se aproximaram e passamos a colaborar com as atividades da Rede de Agroecologia da UFF, ampliando nossas ações nessa direção. Por meio desses alunos, estabelecemos colaboração também com o Coletivo Favela Verde, que atua na Comunidade do Vital Brasil levando discussão e implantando espaços de cultivo agroecológicos.

Em 2022 organizamos e sediamos na FECM o Permaculture Design Course (PDC) que foi oferecido em parceria com o NEPERMA/UFSC. Nesse momento, discutimos projetos que poderiam ser implementados na área da Fazenda. O projeto na FECM não será levado a frente pois não conseguimos o apoio interno necessário. Entretanto, já avançamos pois, lado a lado com professores de Instituições de Ensino Públicas, participaram do PDC quatro produtores orgânicos da região. Esses produtores gostaram muito da atividade e outras parcerias estão sendo costuradas. Atualmente, pretende-se implantar o Núcleo em alguma propriedade parceira na Região.

Ainda, com o início do Ensino Remoto percebemos, em 2020, a alta demanda por capacitações para uso das plataformas e outros softwares (tais como ferramentas de edição de vídeo e streaming) esses cursos foram realizados em 2020 e 2021 de acordo com nossa capacidade. Mas, nem tudo foi prejudicado. Com a apropriação das ferramentas de videoconferência por maior parte da comunidade acadêmica foi possível contarmos com professores de outras universidades em nossos grupos de estudos e cursos. Realizamos o I Curso (online) de Introdução à Permacultura em parceria com o NEPERMA/UFF, viabilizamos a transmissão de rodas de conversas e ciclos de debates organizados pela Rede de Agroecologia da UFF entre outras atividades que estão registradas e disponíveis em nosso canal de YouTube (<https://www.youtube.com/@propetsustentabilidadeemme3162/feature>) Assim, pretendemos, sempre que pertinente, manter atividades tanto presenciais como online para públicos interno e externos à Universidade.

Também durante a pandemia, passamos a integrar a Comissão Estadual de Produção Orgânica na vigência 2022/2023 e na de 2024/2025. Nessa comissão, auxiliamos na tomada de decisões sobre as políticas públicas estaduais e federais além de acompanhar principalmente as Organizações de Controle Social que produzem orgânicos no estado do Rio de Janeiro.

Em 2022, com o retorno presencial gradualmente iniciamos atividades junto à Feira de Orgânicos do Campo de São Bento, visitamos e mantemos as atividades junto a experiência comunitária de produção agroecológica urbanos do Coletivo Favela Verde que conhecemos durante o ensino remoto. Em 2023 estreitamos as relações com essas organizações sociais, de forma conjunta com a disciplina de Agroecologia e Produção Orgânica de Alimentos e de Planejamento em Permacultura, que são oferecidas desde 2023, aproximando cada vez mais os alunos da UFF dos movimentos sociais pela produção de alimentos mais saudáveis. Além disso, essas disciplinas são oferecidas para interessados externos como curso de extensão.

Em 2023, fruto do diálogo com os produtores orgânicos de Cachoeiras de Macacu organizamos o I Diálogos da Academia com Produtores Orgânicos, que atendendo a demanda de assuntos sugeridos pelos agricultores convidamos professores e pesquisadores da UFF, da UFRRJ e da Embrapa Agrobiologia. O evento foi muito bem avaliado pelos agricultores e, a partir daí o evento passou a ser parte integrante desta ação, sempre mantendo a característica dialógica com os produtores da região. Mostrando a relevância da atividade, o evento foi premiado recebendo 2º lugar na área de Meio Ambiente na Semana de Extensão da UFF de 2023.

Também de 2023 em diante as ações de educação à população participantes da Feira de Orgânicos do Campo de São Bento tornou-se permanente. Esta parceria está sendo elogiada pela Associação de Produtores e tem sido mantida com participações pelo menos semestrais da equipe envolvida na feira.

Em 2024, com o apoio da FAPERJ, realizamos o II Diálogos da Academia com Produtores Orgânicos entre os dias 22 e 25 de julho, sempre mantendo a construção participativa junto com os produtores orgânicos do SPG. Para ele, buscamos apoio das mesmas instituições do ano anterior e ampliamos com a presença de pesquisadores da PESAGRO-RIO, extensionistas da EMATER-RIO e de produtores de SPG de outros municípios, ampliando a abrangência dos temas, as trocas de saberes e o público do evento. Em 2024, o evento teve um total de 98 participantes (atingindo o limite do espaço físico que temos) e todas as oficinas tiveram vagas esgotadas em poucos dias.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA (Opcional para cursos, eventos e prestação de serviço)

De acordo com dados do IBGE (2019) o Estado do Rio de Janeiro tem uma população estimada para 2019 de 17,2 milhões de habitantes. De acordo com o último censo, realizado em 2010 apenas 525 mil são moradores da área rural do estado e 80% são alfabetizados. A renda per capita domiciliar rural é de 509,44 reais em comparação aos 1.274,78 reais per capita dos domicílios urbanos. Esses dados deixam claros as duas realidades completamente distintas do Estado. Ambas essas realidades são relevantes para os futuros médicos veterinários formados no

estado já que se apresentam como potenciais oportunidades. Para isso, o SOCIOVET se propõe a estudar e problematizar essas realidades.

Do ponto de vista urbano, a Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2013 apontou que quase metade dos domicílios brasileiros tem pelo menos um cão ou gato o que faz com que o número desses animais possa ser superior ao de crianças no Brasil. Acompanhando esse número, diversos serviços vem sendo ofertados com cada vez mais intensidade, tais como hospedagem, adestramento, transporte especializado entre outros. Ao mesmo tempo, esses animais vem ganhando cada vez mais direitos. Por exemplo, o município de Niterói aprovou em 2015 sua nova lei de proteção e bem estar animal que 'estabelece normas para proteção animal contra condutas lesivas à sua integridade física e mental, e tem como objetivos promover a melhoria da qualidade do meio ambiente, garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público; assegurar e promover a prevenção, a redução e a eliminação da morbidade e da mortalidade decorrentes de zoonoses e dos agravos causados pelos animais; e assegurar e promover a participação, o acesso à informação e a conscientização da sociedade nas atividades envolvendo animais e que possam redundar em comprometimento da saúde pública e do meio ambiente. (...) Pela primeira vez em Niterói o animal será um sujeito de direitos e não só tratado como produto de venda. A lei permitirá autuar, multar o abandono e maus tratos aos animais, regulamentar os pet shops, definição dos deveres dos proprietários, regulamentação da exposição dos animais domésticos em pets, bem como critérios para as clínicas veterinárias.'

Por outro lado, no meio rural fluminense, de acordo com Rua (2002) “prevalece a projeção da metrópole carioca que intensifica o processo de urbanização” e esse intenso processo marca intensamente o território fluminense nas “dimensões política, cultural, comportamental, econômica, onde o significado dessa área urbana torna-se esmagador”. O interior fluminense vem se destacando, não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado como, orgânicos, ervas-fina, leite de cabra, trutas etc.), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, de ordem contemporânea, com a proliferação de hotéis fazenda, pousadas, spas e casas de segunda residência. A prática desse turismo rural é uma alternativa ao turismo intenso que ocorre na costa Verde e do Sol, voltado para o segmento do turismo de praia (Ribeiro, 2003). De acordo com Ribeiro (2002) apesar de o Estado do Rio de Janeiro apresentar baixos totais, em relação aos totais nacionais, quanto às variáveis: pessoal ocupado, valor da produção, quantidade colhida e modernização, o seu quadro agrário apresenta relevância e contrastes no âmbito estadual. Estes contrastes são decorrentes, de uma agropecuária tradicional, que domina a maior porção do território fluminense, diante de outra de caráter moderno. De um lado, produtos tradicionais, exemplificados pela cana-de-açúcar, além de cultivos de subsistência; do outro, culturas que requerem técnicas aprimoradas, como o tomate, a horticultura, a fruticultura e a olericultura, marcando o Cinturão Verde da metrópole, ocupando municípios integrantes das regiões Serrana, Centro-Sul, e Noroeste Fluminense. Marafon e Ribeiro (2006) afirmam que 80% das propriedades rurais do estado tem menos de 100 hectares o que imprime uma significativa importância à produção familiar e às estratégias que esses agricultores encontram para fazer frente à queda na renda agrícola e intenso processo de urbanização. Nesse contexto se insere a importância do estudo da Agroecologia para os futuros profissionais do campo brasileiro. Tratando apenas da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro 'essa territorialidade vem se definindo pelo reconhecimento de diferentes expressões de agricultura no contexto urbano e

periurbano, pela presença da agricultura familiar com fortes características camponesas e pela emergência de uma rede de agroecologia' (Mattos et al. 2017)

Junto com a Agroecologia outro tema que tem sido objeto de estudo no Laboratório é a Permacultura. Ela nasceu, no início da década de 1970, quando os australianos David Holmgren e Bill Mollison propuseram o conceito. Na ocasião, uma proposta de “agricultura permanente” que, com o passar do tempo e do seu desenvolvimento, foi ampliada para uma “cultura permanente”, na qual cada grupo social possa viver de acordo com os elementos naturais e culturais disponíveis em nível local, na busca por uma vida auto-sustentável sem a necessidade de um mercado centralizador. Assim, o termo permacultura foi criado para nomear uma forma específica de planejamento, que considera determinados fatores, envolvendo cuidados humanos com a terra e de uma partilha justa (HOLMGREN, D, 2013). Nos dias atuais, “a permacultura é considerada uma ciência holística de cunho socioambiental, que congrega o saber científico com o tradicional popular e visa, é claro, a nossa permanência como espécie na Terra” (NANNI et al., 2018). A permacultura se compara e relaciona diretamente com a agroecologia e por muitas vezes ambas são entendidas como sinônimo, visto que são na essência, movimentos sociais e ciências sistêmicas que buscam melhor planejar ambientes tornando-os sustentáveis e saudáveis para prover qualidade de vida aos que os habitam (KREBS; BACH, 2018). Todas essas questões são objeto de estudo do programa ora proposto.

Tratando-se da Agricultura Orgânica é fundamental sua diferenciação enquanto vertente europeia e norte americana da agricultura alternativa. O movimento da agricultura orgânica europeia se desenvolveu no sentido de definir padrões de qualidade para certificação e consequente diferenciação mercadológica dos produtos. Esses padrões são semelhantes aos da agricultura orgânica brasileira, caracterizada na Lei dos Orgânicos (BRASIL, 2003) e seus demais dispositivos legais. O livro publicado por Hirata e Rocha (2020) sobre os sistemas participativos de garantia é fundamental para entender toda a movimentação que houve antes da publicação da atual lei dos orgânicos (BRASIL, 2003). De acordo com ele, em 1994, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estabelece o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos, com o objetivo de

propor normas de produção e de certificação de produtos orgânicos, após pressões sofridas pelas certificadoras brasileiras que apoiavam projetos de exportação, principalmente, depois da edição da legislação europeia, UE2092/91, que tratava das trocas comerciais de produtos orgânicos de origem vegetal entre os países-membro (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020, p.62)

Até então, eram as organizações de produtores, as organizações não-governamentais e as cooperativas de consumidores que estabeleciam “autocertificações” privadas. No Comitê, os defensores da certificação que argumentam em favor dos mercados nacionais e internacionais (que já demandavam os produtos) seriam atendidos. Um argumento contrário

[...]tratava do risco de oligopolização dos organismos certificadores mais bem estruturados em contraposição às dificuldades dos que eram descapitalizados e tinham que arcar com os custos de capacitação e gestão de processos de certificação e acreditação em órgão internacional (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020, p.62).

O Comitê não conseguiu chegar a um acordo e o MAPA criou, em seu lugar, o Fórum Orgânico com a participação de diversas organizações governamentais e privadas. Esse Fórum produziu o documento que foi publicado como a Instrução Normativa (IN) 007 do MAPA em 17 de maio

de 1999. Essa IN previa e criava vários elementos que existem até hoje como o selo orgânico Brasileiro, a certificação por auditoria e participativa e formas de fomento às políticas nacionais e estaduais de regulação e fomento à agricultura orgânica. Os procedimentos de credenciamento das certificadoras foram publicados na IN 006/02, de fevereiro de 2002 sem discussão com os movimentos e organizações sociais envolvidos com o tema. Assim, seguiu-se uma grande mobilização deles para rediscutir os termos publicados e houve grande discussão acerca da obrigatoriedade da certificação e da rotulagem para comercializar produtos da agricultura orgânica nos mercados. Foi o texto resultante desse vários encontros e discussões nacionais praticamente sem alterações que originou a Lei no 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003, vigente até hoje (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020). Em seu art. 1o, a chamada Lei dos Orgânicos define que

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003)

Essa definição é bastante semelhante com aos princípios europeus e ampla o suficiente para que produtores de qualquer das vertentes de agriculturas alternativas brasileiras consigam atendê-la.

No §2o do mesmo artigo define-se “O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.” Esse item estabelece que o termo que passa a contemplar o coletivo dos movimentos alternativos (desde que certificados por organismos reconhecidos pelo MAPA) é a agricultura orgânica, à semelhança do termo usado nos Estados Unidos e na Europa, mesmo que não seja diretamente relacionado com os escritos de Howard ou McCarrison.

Complementando e regulamentando a lei, diversas portarias e IN foram publicadas estabelecendo os critérios da certificação, produção, processamento e comercialização dos produtos orgânicos. Dessa forma, foi estabelecido o sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica (BRASIL, 2009). Esse sistema prevê três formas de avaliação da conformidade: a certificação por terceira parte, a certificação participativa e as organizações de controle social.

A certificação por terceira parte ou por auditoria, que ocorre quando o produtor contrata uma empresa, cadastrada junto ao MAPA, para realizar a auditoria em sua propriedade e, após os ajustes necessários, fornecer a certificação de orgânico ao produtor.

Esse é a mesma lógica já utilizada em outras legislações como a Européia e a Estadunidense. Por demanda dos produtores organizados e baseando-se em experiências já em curso no Brasil, criou-se também a possibilidade de certificação pelos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC). As OPACs tem as mesmas atribuições das certificadoras por auditoria mas são entidades jurídicas e responsáveis legais pelos Sistema Participativos de Garantia (SPG). Os agricultores que se cadastram junto aos SPGs e passam a ter as seguintes funções, de acordo com Brasil (2008, p.11):

“• Solicitar a avaliação da conformidade de seus produtos para saber se estão de acordo com as normas de produção dos produtos orgânicos;

- Fornecer todas as informações necessárias com os detalhes e a frequência pedidos pelo Sistema Participativo de Garantia - SPG e exigidos pelo OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade;
- Contribuir para a geração da credibilidade dos produtos por meio de sua participação no SPG;
- Atender todas as orientações de prevenção e providenciar a correção das não-conformidades. Quer dizer, as ações que não levam em consideração as recomendações da Comissão de Avaliação;
- Garantir que tanto os seus produtos quanto os do grupo estarão de acordo com os regulamentos da produção orgânica, respeitando a conformidade.”

Finalmente, a legislação criou uma exceção à obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos que se aplicam apenas nos casos da venda entre agricultores e consumidores diretamente e é exclusivamente para agricultores familiares: as Organizações de Controle Social (OCS). As OCS devem se cadastrar junto ao MAPA, podendo ser associações ou outras organizações de agricultores. Elas devem orientar seus produtores quanto à produção orgânica e são fiscalizadas diretamente pelo MAPA por meio das Comissões de Produção Orgânica Estaduais (CPOrg).

Cabe lembrar que a conformidade orgânica não deve ser o objetivo final dos produtores alternativos. Por ser um sistema de avaliação da conformidade, teve que se estabelecer em bases objetivas que permitam as auditorias. As normativas devem ser entendidas como uma etapa ou padrões mínimos no caminho de atender a princípios e éticas mais amplas e subjetivas de qualquer vertente que seja. Dessa forma, trabalhos principalmente de autores europeus, comparam a agroecologia com a agricultura orgânica européia e apontam a falta de normatizações e selos não fazem sentido quando se conhece o histórico brasileiro e a evolução da Agroecologia. Produtos agroecológicos que precisem, por questões mercadológicas, ser auditados e certificados podem atender à legislação brasileira de orgânicos.

No entanto, para conseguir acesso, principalmente, às políticas de compras públicas tem havido pressão de agricultores e associações às secretarias estaduais de agricultura e órgãos de extensão rural para o estabelecimento de normas menos rígidas para a declaração de produtores ou produtos agroecológicos. Atendendo a essas pressões o estado de São Paulo estabeleceu o Protocolo de Transição Agroecológica (SÃO PAULO, 2022), em que os produtores passaram a ser acompanhados por extensionistas para atender a nove práticas descritas na Regulamentação das Diretivas Técnicas. Os produtores que aderirem recebem a declaração ou o certificado de transição agroecológica e podem comercializar em feiras, eventos, mercados, compras coletivas de grupos de consumidores e compras institucionais (públicas e privadas). De acordo com o protocolo, o processo de transição agroecológica terá duração máxima de cinco anos, mas não fica claro o que será feito após esse período. Espera-se que após ou durante esse período os produtores entrem em processo de conversão orgânica para serem finalmente certificados e não se crie um “Certificado de Produtor Agroecológico” ou qualquer coisa semelhante, pois, nesse caso, a agroecologia seria diminuída para apenas nove práticas selecionadas.

ATIVIDADES PROPOSTAS e METAS

Atividades Propostas	METAS
Acompanhar as reuniões do SPG de Cachoeiras de Macacu	Participar de pelo menos 3 reuniões/ano
Acompanhar as visitas de verificação do SPG de Cachoeiras de Macacu	Acompanhar, pelo menos, 2 visitas/ano
Organizar, em conjunto com os produtores do SPG, o Diálogos da Academia com Produtores Orgânicos	Organizar a atividade anualmente.
Desenvolver vídeos e outros materiais educativos.	Desenvolver, pelo menos, 1 material

	educativo/ano
Realizar ações de educação para a população de Niterói sobre agroecologia junto a feira de orgânicos do Campo de São Bento.	Participar, pelo menos, de 2 feiras/ano
Oferecimento de cursos online ou presenciais e aulas abertas	Realizar, pelo menos, 4 atividades/ ano
Organizar visitas técnicas de alunos e participantes de cursos de extensão em propriedades orgânicas	Realizar, pelo menos, 1 visita técnica por semestre.
Manter o grupo de estudos em agroecologia e produção orgânica	Realizar, pelo menos, 6 encontros do grupo/ ano
Acompanhar as reuniões da Comissão de Produção Orgânica do Estado do Rio de Janeiro (CPORG-RJ)	Acompanhar, pelo menos, 3 reuniões/ano
Planejar e realizar ações conjuntas à CPORG-RJ	Realizar, pelo menos, 1 ação conjunta por ano.
Apresentar e/ou publicar de relatos de experiência e trabalhos científicos sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvida no SOCIOVET	Realizar, pelo menos, 2 apresentações de trabalhos e/ou publicações por ano.
Disponibilizar material complementar das disciplinas vinculadas ao SOCIOVET	Atualizar o material disponibilizado anualmente.
Realizar projetos de transição agroecológica, conversão orgânica ou permaculturais	Atividade sob demanda
Oferecer estágio a discentes	Atividade sob demanda

METODOLOGIA

O SOCIOVET atenderá à demanda espontânea de seu público-alvo e desenvolverá pro-ativamente atividades nas áreas consideradas de interesse sanitário e educacional, independentemente de demanda institucional ou externa. As informações e materiais produzidos ou reunidos serão disponibilizados no site do SOCIOVET (<http://sociovet.sites.uff.br/>) e nas demais redes sociais (instagram e facebook).

No início do ano, é realizada reunião com docentes e discentes da UFF, colaboradores e parceiros para apresentação dos projetos a serem desenvolvidos ao longo do ano. Em seguida ocorre: a distribuição das tarefas entre os participantes. Da mesma forma que nos anos anteriores, será mantido o grupo de estudos sobre agroecologia e produção de alimentos orgânicos com reuniões, preferencialmente, quinzenais, durante o período letivo. O repositório de material complementar às disciplinas e de artigos e documentos relacionados aos temas de trabalho do laboratório será atualizado; haverá confecção de artigo e resumo para congressos e eventos científicos e na Semana Acadêmica da UFF. Também será mantida a articulação com Produtores Orgânicos e/ou Agroecológicos e Permacultores de Cachoeiras de Macacu, por meio da participação da equipe nas reuniões mensais do grupo e nas visitas de verificação organizadas pelo SPG. Da mesma interação, pretende-se organizar anualmente e de forma

participativa e colaborativa com os produtores da região o evento Diálogos da Academia com Produtores Orgânicos.

Finalmente, para o público de Niterói serão realizadas oficinas, aulas abertas, cursos e rodas de conversa para alunos e comunidade externa.

CRONOGRAMA ANUAL (as atividades se repetem ao longo dos 3 anos do evento)

	J a n	F e v	M a r	A b r	J u n	J u l	A g o	S e t	O t o	N o v	D e z
Acompanhar as reuniões do SPG	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhar as visitas de verificação do SPG de Cachoeiras de Macacu	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Organizar, em conjunto com os produtores do SPG, o Diálogos da Academia com Produtores Orgânicos				X	X	X	X				
Desenvolver vídeos e outros materiais educativos.				X	X	X	X	X	X	X	
Realizar ações de educação para a população de Niterói sobre agroecologia junto a feira de orgânicos do Campo de São Bento.				X						X	
Oferecimento de cursos online ou presenciais e aulas abertas			X	X	X	X	X	X	X	X	
Manter o grupo de estudos em agroecologia e produção orgânica			X	X	X	X	X	X	X	X	
Acompanhar as reuniões da Comissão de Produção Orgânica do Estado do Rio de Janeiro (CPORG-RJ)		X		X		X		X		X	
Planejar e realizar ações conjuntas à CPORG-RJ			X		X		X		X		X
Disponibilizar material complementar das disciplinas vinculadas ao SOCIOVET			X	X	X	X	X	X	X	X	X

FORMA DE AVALIAÇÃO DA AÇÃO

A avaliação se dará em cada etapa realizada, com verificação do cumprimento das metas parciais e do alcance dos objetivos. Ao final será realizada uma avaliação do tipo 360º graus entre todos os participantes do programa.

No caso de eventos, a avaliação é realizada por intermédio da aplicação de questionários estruturados, cujas respostas serão tabuladas e analisadas. Avaliação, de forma aberta e dialógica também junto às Associações de produtores que acompanhamos.

Junto à equipe de extensão são realizadas reuniões de avaliação dos resultados semestralmente e de planejamento de futuras ações no início de cada semestre letivo.

Relação Ensino, Pesquisa e Extensão

O SOCIOVET já nasceu com espírito de integração da tríade ensino, pesquisa e extensão. Além do treinamento de alunos de graduação no desenvolvimento de

pesquisas desde a coleta dos dados até a elaboração de artigo científico e resumo para eventos científicos é realizado o apoio e acompanhamento das atividades dos produtores orgânicos de Cachoeiras de Macacu e da Feira Orgânica de Niterói, realizada no Campo de São Bento. Com isso, visamos favorecer o desenvolvimento rural e as cadeias curtas de comercialização planejando e executando atividades educativas junto à população. Para isso, é necessário o estudo dos temas levantados seja por produtores, a gerente da feira ou os consumidores de orgânicos e o planejamento das ações. Cabe lembrar que as questões não se restringem às disciplinas englobadas pelo SOCIOVET e, muitas vezes, buscamos materiais e precisamos conversar e trazer para palestras, profissionais que trabalham com os temas estudados.

Os temas dos grupos de estudos são selecionados de acordo com o interesse dos alunos participantes, com as questões levantadas nas ações junto à comunidade atendida ou de acordo com a necessidade percebida pelas professoras envolvidas. Nesses encontros, realizamos diálogos e atividades que entrelaçam a tríade universitária. Para isso é fundamental a Interação Dialógica com as organizações de cachoeiras de Macacu, seja por meio de nossa participação nas reuniões ou nas visitas aos produtores.

Também por abarcar áreas de ensino como Agroecologia/Produção Orgânica/Permacultura (que naturalmente são interprofissionais e interdisciplinares) e administração, economia e sociologia de forma aplicada aos conteúdos da medicina veterinária os participantes tem sempre a oportunidade de conviver na prática de um programa interdisciplinar, em que, a cada momento, diversas áreas do saber são mobilizadas para atender às demandas propostas. Cabe lembrar rapidamente que a agroecologia abarca tanto as práticas agrícolas, como uma ciência interdisciplinar como o movimento social da agroecologia. De forma semelhante, a Permacultura busca agregar todos os conhecimentos necessário para os seres humanos viverem harmoniosamente no ambiente, lançando mão de uma análise holística da paisagem, as práticas agrícolas e de construção sustentáveis, o tratamento ecológico do lixo e esgoto produzidos assim como as diferentes formas de interação social não-hegemônicas.

Ainda, a disciplina de Agroecologia e Produção Orgânica de Alimentos é oferecida a interessados que não sejam alunos de graduação da UFF na modalidade curso de extensão. Essa experiência tem trazido importantes contribuições nas discussões do ponto de vista de funcionários de órgãos municipais e estaduais além de estudantes de pós-graduação. Havendo demanda e vagas, a disciplina de planejamento em Permacultura também poderá ser oferecida na mesma modalidade.

Visando a participação pontual do público externo, ambas as disciplinas também realizam aulas abertas, seja quando recebemos convidados, seja quando realizamos atividades práticas importantes para quem produz de maneira mais respeitosa com o ambiente (por exemplo, nas aulas práticas de manejo agroecológico, produção de bioinsumos e bioarquitetura e bioconstrução).

O programa permite também a realização de estágios e atividades complementares para estudantes de vários cursos interessados na área. Com todas essas atividades espera-se trazer um impacto na formação do estudante visando uma formação mais ampliada do sentido da sua profissão na sociedade em que está inserido e

instrumentalizá-los no sentido de produzir materiais educacionais e utilizar técnicas de trabalho em equipe que lhe serão muito úteis na vida profissional.

Finalmente, espera-se que as atividades previstas sejam capazes de, de acordo com a escala em que podemos operar, o SOCIOVET tenha um papel importante na transformação social dos municípios de Niterói e Cachoeiras de Macacu, aproximando dos alunos e professores da UFF setores da sociedade civil e organizações não-governamentais que trabalham e militam pela agroecologia, suas políticas públicas e sua prática nos territórios.

HÁ CUSTO PARA O PARTICIPANTE? Se sim, especificar (Obrigatória para cursos, eventos e prestação de serviço)

Não

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (Opcional para cursos, eventos e prestação de serviço)

RIBERO, M.A. Tipologia das atividades turísticas: o exemplo do Estado do Rio de Janeiro. In: Geo UERJ, n.13. Rio de Janeiro: UERJ/Departamento de Geografia, 2003, p.27-38

RUA, J. Urbanização em áreas rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (Orgs.). Estudos de geografia fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 43-70

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006. p. 111-130.

IBGE. Estados @. Disponível em: Acesso em 13 dez. 2015.

Prefeitura Municipal de Niterói. Niterói ganha Lei de Proteção e Bem Estar de Animais. Disponível em Acesso em 13 dez. 2015

MATTOS, C.; SOUTO, R.L.; WALTER, F.H.O.; MARTINS, G. Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: Olhares Agroecológicos: análise econômico-ecológico de agroecossistemas em sete territórios brasileiros. Rio de Janeiro: ASPTA, 2017.

HOLMGREN, D. Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

KREBS, J.; BACH, S. Permaculture—Scientific Evidence of Principles for the Agroecological Design of Farming Systems. Sustainability, v. 10, n. 9, p. 3218, 8 set. 2018.

NANNI, A. S. et al. Construindo a permacultura na academia brasileira. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 13, n. 1, 29 maio 2018. NEPERMA/UFSC. PDC para academia, 2017. Disponível em: www.redepermacultura.ufsc.br . Acesso em: 25 mar. 2019

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa 019, 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>. Acesso em: 02 fev. 2024

BRASIL. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, 24 dez. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm . Acesso em: 30 ago. 2022

FONSECA, Maria Fernanda de A. C.; LEITE, Romeu M.; ALMEIDA, Lucia Helena M. de. A regulamentação da Agricultura Orgânica no Brasil: memórias do Grupo de Agricultura Orgânica e do Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Org.)

Sistemas Participativos de garantia no Brasil: histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSuldeminas, p. 13-48, 2020.

HIRATA, A. R.;ROCHA, L. C. D. (Org.) Sistemas Participativos de garantia no Brasil: histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSuldeminas,, 2020.

SÃO PAULO. Secretarias de Estado de Agricultura e Abastecimento, Infraestrutura e Meio Ambiente, e da Justiça e Cidadania. Resolução Conjunta SAA/SIMA/SJC n. 01, de 15 de fevereiro de 2022. Institui o Certificado da Transição Agroecológica que visa estimular à Agroecologia e Produção Orgânica no Estado de São Paulo, para o uso sustentável dos recursos naturais e aumento da oferta e consumo de alimentos saudáveis e dá outras providências. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_estadual/leg_est_resolucoes/Resol-cjta-SAA-SIMA-SJC-01-2022_Certificado_Transicao_Agroecologica_estimulo_Agroecologia_Producao_organica.pdf Acesso em 02 fev. 2024


Assinatura do coordenador